



**INVESTIGAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA E PROFISSIONAL DA
PROFESSORA PRIMÁRIA E AUTORA DE GRAMÁTICA ADELIA ENNES
BANDEIRA**

Fernando Rodrigo dos Santos Silva
Doutor em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Professor na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias

Lattes Id: <http://lattes.cnpq.br/3802844498333414>

Resumo: Este trabalho relatou o percurso da pesquisa sobre a trajetória de vida e profissional da professora primária Adelia Ennes Bandeira, primeira mulher a produzir uma gramática prática no final do século XIX. A proposta foi refletir sobre as dificuldades de pesquisar educadores que não juntaram documentos sobre si. Neste sentido, foi proposto o uso dos periódicos diários como fonte para suprir a ausência documental. A pesquisa se inspirou nas contribuições da História Intelectual e da História das Mulheres. Optou-se pela abordagem documental e as fontes foram recolhidas de três instituições de salvaguarda na cidade do Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Adelia Ennes Bandeira; Gramática Prática; Histórias de Vida e Profissional; Profissão Docente.

**THE INVESTIGATION OF THE LIFE TRAJECTORY AND PROFESSIONAL
OF THE PRIMARY TEACHER AND GRAMMAR AUTHOR ADELIA ENNES
BANDEIRA**

Abstract: This work reported the trajectory of the research on the life trajectory and professional of the primary teacher Adelia Ennes Bandeira, first woman to produce a practical grammar in the late nineteenth century. The proposal was to reflect on the difficulties of researching educators who have not gathered documents about themselves. In this sense, it was proposed the use of daily journals as a source to supply the documentary absence. The research was inspired by the contributions of intellectual history and the History of women. We opted for the documentary approach and the sources were collected from three safeguard institutions in the city of Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro and Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

Keywords: Adelia Ennes Bandeira; Practice grammar; Life and professional history; Teaching profession.



**LA INVESTIGACION DE LA TRAYECTORIA DE LA VIDA Y
PROFESIONAL DE LA PROFESORA Y AUTORA DE LA GRAMÁTICA
ADELIA ENNES BANDEIRA**

Resumen: Este trabajo reportó el recorrido de la investigación sobre la trayectoria de la vida y profesional de la maestra de primaria Adelia Ennes Bandeira, primera mujer en producir una gramática práctica a finales del siglo XIX. La propuesta era reflexionar sobre las dificultades de investigar a educadores que no han reunido documentos sobre sí mismos. En este sentido, se propuso utilizar los diarios como fuente para suplir la ausencia documental. La investigación se inspiró en las contribuciones de la historia intelectual y la historia de las mujeres. Opté por el enfoque documental y las fuentes fueron recogidas de tres instituciones de salvaguardia en la ciudad de Río de Janeiro: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro y Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

Palabras-clave: Adelia Ennes Bandeira; Gramática de práctica; Historias de vida y profesionales; Profesión docente.

O presente trabalho toma por objeto a reflexão sobre a investigação da trajetória de vida e profissional de Adélia Ennes Bandeira, professora primária carioca da virada do século XIX para o XX e a primeira autora de gramática prática para o ensino primário. Neste trabalho, se apontam os desafios encontrados para a construção da história desta intelectual tendo por maior obstáculo a seleção das fontes, pois a biografada não produziu uma escrita de si e tão pouco foi lembrada como digna de memória por instituições de guarda, em razão do seu gênero (PERROT, 2006).

O encontro com Adélia E. Bandeira foi acidental, uma vez que meu objetivo de pesquisa era o de mapear a ação de professores de instituições oficiais e particulares pós-primárias cariocas autores de gramáticas científicas na década de 1880. Foi com o suporte teórico da chamada História das Ideias Linguísticas que acessei o nome de Adélia.

Estes historiadores foram os primeiros a mencionar brevemente Adelia Ennes Bandeira quando pesquisaram a relação entre o ensino da Língua Portuguesa e a construção da identidade nacional, no século XIX. No entanto, a menção ligeira à



gramática escrita por Adélia destacava o fato de ser a autora uma exceção entre os demais “insignes” autores, estes eram homens e professores de instituições de ensino pós-primário.

Considero três razões pelas quais a produção histórica do ensino da Língua Portuguesa realizada pelos Historiadores das Ideias Linguística não tenha valorizado Adelia, em detrimento dos renomados professores/autores:

a) Destacaria em primeiro lugar o ramo de ensino ao qual a professora/autora se dedicou. Ela se formou na Escola Normal do Distrito Federal e investiu seus 25 anos de magistério na escola primária, fato que a excluía do círculo intelectual daquele grupo de professores, formados em colégios secundários e dedicados ao magistério neste ramo de ensino. Neste sentido, a produção de Adelia não contribuiria para a consolidação desta perspectiva neste ramo disciplinar;

b) a segunda razão que destaco diz respeito ao fato de Adelia ser mulher, em fins do século XIX, a produção de material didático era majoritariamente masculina, tomada por homens que lecionavam em instituições oficiais de prestígio e/ou em renomadas instituições privadas, ora como professores, ora como donos destes estabelecimentos;

c) Por fim, destaco ainda o fato dos pesquisadores que desenvolveram uma investigação histórica sobre o processo de gramaticalização da língua portuguesa serem historiadores da disciplina, o que teria dirigido a sua atenção para os intelectuais da área, cujas obras circularam entre professores e alunos daquela disciplina escolar, e portanto constitui-se memória disciplinar do ensino da Língua Portuguesa no país.

Elencados algumas das razões que para mim justificariam o fato de Adelia ter sido colocada em segundo plano na área vizinha, passou a interessar-me compreender os motivos pelos quais a professora/autora conseguiu furar o cerco disciplinar e produzir uma obra que perdurou por mais de três décadas na vida escolar da cidade com repetidas reedições, tendo sido inclusive adotada no ensino oficial primário do então Distrito Federal. A obra de Adelia tornou-se uma referência importante no alvorecer da República,



tendo sido adotada no 1º ano do Colégio Pedro II, Colégio Militar, Liceu de Artes e Ofícios (BANDEIRA, 1929) e outras instituições pós-primárias particulares da capital federal, em escolas normais de outros estados brasileiros (REZENDE, 2015) e constando do acervo de gramáticas brasileiras de bibliotecas nacionais estrangeiras, como a da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, em Buenos Aires.

Pensar as fontes, pensar a escrita da história biográfica.

Quando decidi investigar a trajetória de vida e profissional de Adelia Ennes Bandeira para compreender como ela se fez uma professora/autora em um cenário adverso, como já foi explicitado na introdução, eu sabia muito pouco acerca da história da mesma, a não ser a obra que tinha produzido – *Grammatica Portuguesa Pratica* – e o ano de sua produção - 1887.

Não foi possível localizar nenhum trabalho acadêmico que fizesse referência à biografada, tanto no aspecto profissional, quanto no pessoal, ou ainda alguma produção que tomasse por objeto seu livro hoje esquecido. Tão pouco foi identificado um acervo próprio, produzido pela autora e/ou familiares, ou ainda por alguma instituição de guarda.

A constituição de um *corpus* documental que se tornará fonte da pesquisa historiográfica é o primeiro grande desafio do historiador, que se lança, como lobo, a farejar os rastros do passado que ficaram como vestígios. Passado que ele buscará recriar sustentado pelas provas que conseguir juntar e fundamentado em um sólido arcabouço teórico que iluminará a sua abordagem.

Escolhi utilizar a história dos intelectuais como aporte teórico que baliza esta investigação e tomei como referência as categorias “escrita de si” (GOMES, 2004), “mediadores culturais” (GOMES; HANSEN, 2016; SIRIMELLI, 2003) e “redes de sociabilidades” (SIRINELLI, 2003; GOMES, 1993) para situar a autora no seio deste movimento, além das contribuições da história das mulheres (PERROT, 2007).

A escrita de si constitui-se na mais explícita matéria-prima para a produção de obras de caráter biográfico, baseada em gêneros literários específicos, como a Revista *Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*. CAEDU/UFPI 116
Teresina, Brasil, v. 1, n. 1, p.113-132, janeiro/abril de 2019

DOI:



correspondência, os diários, as memórias, as entrevistas biográficas, entre outros. A atenção sistemática para este conjunto de documentos vem crescendo na produção acadêmica brasileira nas últimas duas décadas.

De acordo com Angela de Castro Gomes (2004), História da Educação tem razões próprias para dar bastante visibilidade e atenção às práticas da escrita de si. Para a historiadora, a História da Educação é um campo disciplinar onde a questão da leitura e da escrita conforma a sua identidade como disciplina, uma vez “que se volta para o estudo dos processos de aprendizagem e de ensino de leitura e escrita, [assim] práticas culturais como as da escrita de si são um prato cheio de interesse” (GOMES, 2004, p. 9).

A perspectiva defendida por Angela Castro Gomes, no parágrafo acima, valoriza o ethos educação enquanto campo disciplinar da formação de leitores e escritores no espaço escolar, ainda segundo a historiadora,

Escrever cartas sempre foi um exercício muito presente em qualquer sala de aula (...). Além do mais, grande parte do professorado há muito é composto por mulheres, que, por questões de constrangimento social, tiveram seus espaços de expressão pública vetados, restando exatamente os espaços privados, entre os quais os de uma escrita de si (GOMES, 2002, p. 9).

Ainda que assevere a identidade feminina do campo educativo, compreendida pela autora como um estímulo à escrita de si, esta perspectiva se opõe àquela defendida pela historiadora francesa Michele Perrot (2007), para quem a questão de gênero é um desestímulo à produção de uma escrita de si.

Reconstruir a trajetória de Adelia Ennes Bandeira foi uma tarefa complicada para que se pudesse analisar seu percurso de vida e profissional, pois como é muito comum entre as mulheres, a professora/autora não produziu uma memória sobre si e tão pouco esta memória foi produzida por familiares e discípulas.

Michelle Perrot (2007) em seu livro *A Minha História das Mulheres* explorou a temática da dificuldade de localizar fontes sobre mulheres que se destacaram em algum



momento da história, isto porque, suas vidas e ações são consideradas como menores e portanto nem elas e nem as instituições de guarda se interessam em preservar documentos sobre as mulheres.

Confinadas no espaço privado da casa, na gestão do cotidiano, as mulheres foram tornadas invisíveis no espaço público, aquele espaço que por muito tempo foi entendido como o único a ser digno de relato. Desse modo, a invisibilidade das mulheres no espaço público é uma construção social orientada na ideia de que a natureza desse espaço é masculina, logo, apenas eles mereceriam ser objeto de interesse e ter seus feitos preservados.

Dessa invisibilidade emergiria outro tipo de silenciamento, o das fontes. Ainda segundo Perrot, as mulheres “porque são pouco vistas, pouco se fala delas” (2007, p. 16) e assim deixam poucos vestígios, mesmo os escritos. Suas produções, julgadas menores, são rapidamente consumidas ou se dispersam com mais facilidades, numa desvalorização que muitas vezes é da própria mulher por si mesma, afinal seriam apenas mulheres.

A autora contrasta a abundância de representações sobre as mulheres, feitas majoritariamente por homens e muitas vezes estereotipadas, com a escassez de relatos em primeira pessoa, “o silêncio mais profundo é o do relato” assevera Michele Perrot (2007, p. 17).

A única escrita mais pessoal identificada como da professora/autora é o prefácio da sua gramática, publicada originalmente em 1897. O prefácio na verdade é o requerimento de solicitação de aprovação do livro junto ao Conselho Superior de Instrução Pública da Capital Federal, elaborado um ano antes, nele a autora apresenta indícios da sua trajetória até o final da década de 1890.

Adelia Ennes Bandeira escreveu em tom de humildade aos avaliadores da sua gramática e enfatizou o período em que atuou como professora adjunta interina em escolas públicas primárias municipais de 1º grau. A autora se apresentou como uma “mediadora cultural”, no sentido proposto por Angela Castro Gomes e Patrícia Hansen



(2016), ao compilar as gramáticas de “provetos mestres do nosso idioma” (BANDEIRA, 1929, p. VII).

Sirinelli (2003) já apontava o mediador cultural como um intelectual, no entanto, a sua descrição dos agentes que poderiam ser qualificados como intelectuais, o autor cita o professor secundário e exclui o professor primário. Para Perrot (1998), com base na experiência francesa, a historiadora identifica a professora primária como intelectual, pois forneceram ao feminismo uma parte considerável de seu quadro, além de atuarem como pedagogas atentas, exercendo em público as qualidades maternais das mulheres educando o futuro da pátria,

A distinção entre os dois historiadores franceses está no corte de gênero que Sirinelli não aplica ao conceito quando elenca os profissionais que seriam considerados intelectuais, enquanto a perspectiva de Michele Perrot é voltada para o gênero feminino. Desse modo, a autora afirma que a Escola Normal significou para as mulheres a sua “verdadeira universidade”.

Gomes e Hansen (2016) identificam o mediador cultural como um intelectual ligado ao campo da comunicação de ideias, da vulgarização, ou seja, o sujeito que faz a tradução cultural das técnicas, códigos, valores e símbolos de uma dada cultura a outro universo cultural distinto, no caso em tela, da “linguagem um tanto elevada e superior à intelligencia das crianças, ainda em embryão e inculta” (BANDEIRA, 1929, p. VI).

Neste sentido, a professora/autora buscou dar um caráter prático às gramáticas dos eruditos coligindo meios e processos fáceis de conduzir as crianças no aprendizado da Língua Portuguesa, através de um método de fácil assimilação e com regras simples, tornando o estudo agradável e ameno aos alunos

A aceitação e o sucesso de sua obra e da sua didática ficam explícitos pelo número elevado de (re) edições. Foi possível identificar no setor de obra geral da Fundação Biblioteca Nacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro, a 23ª edição de sua



gramática, cuja data é de 1937, exatos 40 anos da sua primeira edição e no 7º ano do aniversário de falecimento da autora.

Naquela altura da minha investigação, era possível intuir muito pouco da trajetória da mesma e foi necessário inventar novos caminhos para a pesquisa. A capacidade de improvisar é matéria prima do historiador e, no meu caso, os periódicos apareceram como uma oportunidade de perseguir esta trajetória, dada a sua natureza naquele período.

A imprensa comum e a escrita da história de mulheres incomuns.

Iniciei uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com duas entradas: por período – 1880/1889 – e local – RJ. Tendo como palavra de busca o nome completo da professora. Esta primeira opção me permitiu acompanhar um dado relevante de sua vida pessoal e outro da sua vida profissional.

Sobre sua vida pessoal, em 1892, D. Adelia Carolina de Oliveira Ennes Bandeira obtém na justiça o direito à reversão para si e sua filha menor, Adelia Ennes Bandeira, a pensão militar que havia sido de D. Carolina Cecília Campos de Oliveira (JORNAL DO BRASIL, 1892), mãe da primeira e avó da segunda, falecida dois anos antes (JORNAL DO COMMERCIO, 1890). Tal fato me permitiria compor os dados familiares de Adelia Ennes Bandeira.

Ao introduzir novas palavras de buscas com os nomes de parentes que iam surgindo da pesquisa na hemeroteca foi possível perceber que Adelia Ennes Bandeira era filha do bacharel Ernesto Henrique Ennes Bandeira, ex-professor da Escola Politécnica, falecido em 1878 (JORNAL DO COMMERCIO, 1878). Em 1883, os professores da Escola Politécnica fizeram uma contribuição para custear os estudos da filha do ex-colega, como reporta a nota do jornal O Mercantil de 1883 (O MERCANTIL, 1883).

Teve como mãe a dona de casa, D. Adelia Carolina Oliveira Ennes Bandeira, com quem viveu até o seu falecimento. Filha de um professor público falecido e de uma dona



de casa viúva cuja renda era proveniente de uma pensão militar, o exercício de um ofício para o próprio sustento era forçoso, daí se justificaria a entrada no magistério, tida como uma das poucas profissões públicas de respeito para moças no início do período republicano.

O segundo dado relevante que a pesquisa inicial na hemeroteca digital me possibilitou construir foi exatamente a que dizia respeito ao seu ingresso, permanência e conclusão da Escola Normal. Adélia ingressou na instituição em 1890 e concluiu seus estudos apenas em 1898, um ano após publicação do seu livro, sem que neste período tenha deixado de dar aula como professora adjunta.

Por meio da imprensa foi possível acompanhar os seus primeiros anos na Escola Normal, isto porque, era comum os jornais diários publicarem em suas edições as chamadas para os exames finais das principais instituições de ensino oficiais da cidade e as respectivas notas obtidas nestes exames. Foi por meio desta chamada que se pode acompanhar não apenas a matrícula de Adélia, como também o seu desempenho nos exames finais.

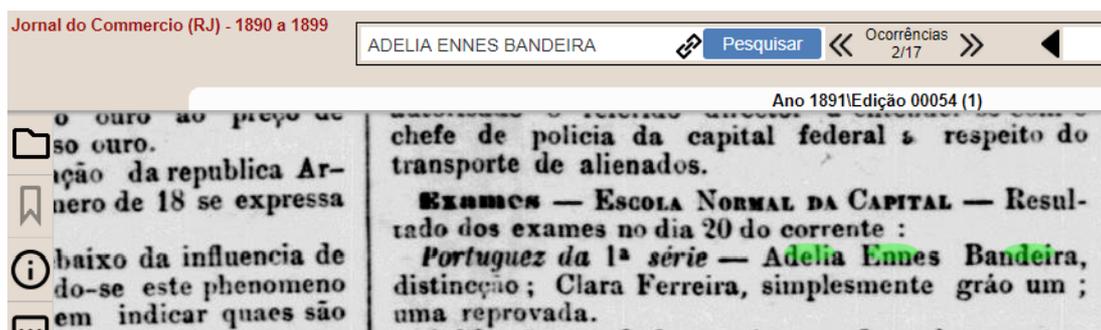


Figura 1 – Exame de Portuguez da 1ª Série da Escola Normal – Jornal do Commercio – 23/02/1891 p. 1

A figura 1 apresenta o exame final de Adelia na disciplina de Português, que viria ser aquela disciplina na qual, a ainda jovem normalista, viria ganhar notoriedade na cidade. Vê-se que a aluna obteve o grau máximo de aprovação, tendo sido aprovada com distinção. Na época, a aprovação se dava por meio de três graus em ordem decrescente e



suas notas correspondentes: distinção (nota 10), plenamente (nota de 6-9), simplesmente (1-5).

De acordo com a pesquisa realizada nos jornais de circulação diária da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional foi possível montar a seguinte tabela com a aprovação da referida aluna; os dados estão incompletos se levarmos em conta o quadro geral de matérias distribuídas nas cinco séries da Escola Normal. Eu levantaria três hipóteses: a) a primeira é a de que nem todos os exames eram publicados na imprensa; b) pode também ter ocorrido uma falha na busca da palavra-chave, uma vez que em alguns casos a palavra buscada não se encontrava marcada como no procedimento habitual de busca; c) por fim, que a aluna não tenha feito todos os exames por ter sido dispensada, isto porque, o Decreto nº 982, de 8 de novembro de 1890, em seu capítulo II, artigo 6º, ao tratar da matrícula na instituição, assevera que “será permitida a matrícula em qualquer das séries isoladamente, guardada a dependência lógica das matérias que as compõem” (DISTRITO FEDERAL, 1890, s/p).

Tabela de desempenho de Adelia E. Bandeira na Escola Normal da Capital Federal				
Ano	Matéria	Grau	Data	Jornal Diário
1891	Português	Distinção	23/02/1891	Jornal do Commercio
1891	Francês	Plenamente	02/03/1891	Gazeta de Notícias
1892	Desenho	Plenamente	15/03/1892	Jornal do Commercio
1896	Inglês (3ª série)	Plenamente	14/02/1896	Jornal do Commercio
1896	Inglês (2ª série)	Distinção	14/02/1896	Gazeta de Notícias
1896	Trab. de agulha	Plenamente	14/02/1896	Gazeta de Notícias
1899	Desenho Linear	Distinção	19/12/1898	Jornal do Commercio

Tabela 1 – Tabela de desempenho de Adelia E Bandeira produzida pelo autor – Fonte: HDBN

Sobre a não rigidez de seguir estritamente a grade curricular proposta pela instituição, é possível observar que Adélia realizou os exames de Inglês referentes à 2ª e



3ª séries na mesma data. O vazio entre os exames de 1892 e os de 1896 pode ser explicado pelo seu afastamento da instituição, tendo sido a última data provavelmente a data do seu retorno à instituição.

Isto porque, embora não tenha sido possível localizar na imprensa diária, no Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, que tem a salvaguarda da documentação referente à Escola Normal, e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que tem a salvaguarda da correspondência trocada entre a instituição e o poder municipal, é sabido que a aluna se afastou da instituição.

Primeiramente por meio de dois pedidos autorizados de licença de 4 meses que se estenderam de junho a outubro de 1892 e que se repetiu em 1893, como foi possível averiguar na imprensa, a partir do Relatório do Ministério da Justiça (REL. MIN. DA JUSTIÇA, 1892;1893) e da autorização concedida pela Diretoria de Instrução Pública para completar o curso normal de acordo com o regulamento de 1881 publicada na Colleção de Leis Municipaes e Vetos (DISTRITO FEDERAL, 1897, p. 436) e reproduzida no Jornal do Commercio (JORNAL DO COMMERCIO, 1897, p. 3).

Os caminhos abertos pela pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira exigiram um novo enfretamento dos arquivos públicos de guardas da cidade, em particular foram consultados o Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde as parcas informações a respeito da biografada poderiam agora ser cotejadas com o volume de informações extraídas da Hemeroteca Digital.

Os arquivos públicos e os indícios da trajetória profissional feminina.

Voltar aos arquivos da cidade depois de ter explorado os periódicos possibilitou outro olhar sobre a documentação salvaguardada neles, na medida que a ausência ou a quase inexistência de referência explícita à Adelia Ennes Bandeira pode agora ser



tangenciada pela descoberta de novos espaços, personagens e atividades que neste segundo momento eu sabia que de algum modo eles a encontravam.

Neste item, dados a respeito dos periódicos tornaram a aparecer no texto, pois eles se constituíram como a bússola da pesquisa realizada, mas interessou-me agora perseguir os indícios da trajetória da professora/autora na cidade do Rio de Janeiro como se deu sua aproximação com o grupo de professores-autores de gramática e seu posterior afastamento deles.

Concluída a etapa da formação na Escola Normal, em dezembro de 1898 quando concluiu os exames e se formou mestra, Adelia mudou o seu estatuto de professora adjunta interina para professora adjunta efetiva e foi designada para a 13ª Escola Feminina, situada no Bairro do Flamengo, à Rua Senador Vergueiro, 55-B.

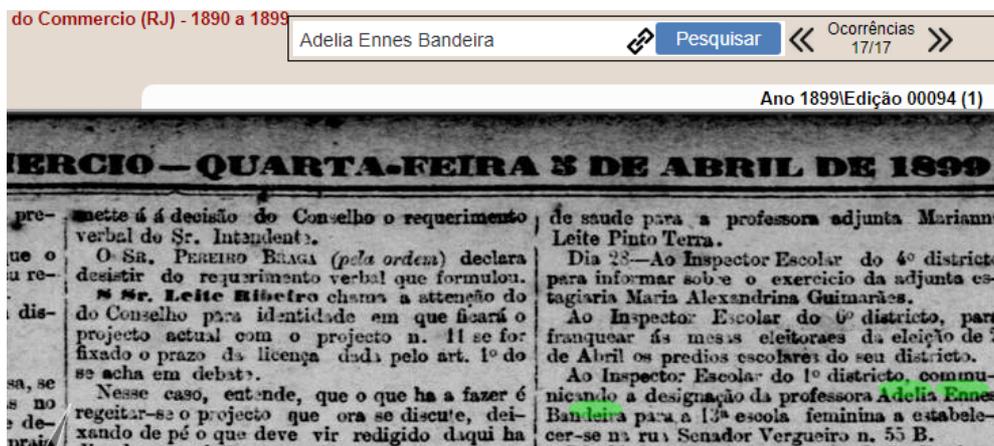


Imagem 2 – Adelia Ennes Bandeira designada professora efetiva da 13ª Escola Feminina - (1899) – Jornal do Commercio. Fonte: HDFBN

Apesar do prestígio que gozou no campo educativo carioca do seu tempo, Adelia Ennes Bandeira dedicou-se ao ensino apenas no magistério primário, não tendo se transferido para outras instituições de ensino, como a Escola Normal. A sua gramática foi uma chave que lhe abriu consideráveis portas no campo educativo carioca, mesmo assim não se dedicou mais a produzir novas gramáticas práticas que auxiliassem à “mocidade estudiosa” do seu país, como afirmara no prefácio da sua única gramática.



A ascensão profissional de Adélia no campo educativo carioca foi completa, a professora/autora iniciou sua atividade docente como professora adjunta interina em 1891, ainda como aluna da 2ª série da Escola Normal, mesmo quando o Decreto nº 892/1890 determinava que o aluno-professor somente poderia assumir o cargo de adjunto após ter concluído a 3ª série da Escola Normal e tendo passado um ano na Escola Anexa com bom aproveitamento. No entanto, a carência de professores na nascente rede municipal de educação fez com que os normalistas da Escola Normal na prática não seguissem o preconizado pela norma.

Em 1899 ela iniciou as atividades como professora adjunta efetiva em uma escola do 1º Distrito, ou seja, ela não foi enviada para lecionar nos arrabaldes da cidade. A sua primeira escola como adjunta efetiva foi a 13ª Escola Feminina, situada no bairro do Flamengo, à rua Senador Vergueiro, 55-B. A professora permaneceu até 1913 nesta unidade escolar até ser transferida para a 10ª Escola Mixta, no bairro de Botafogo, Praia de Botafogo, 296, o mesmo bairro e rua onde residia, Praia de Botafogo, 188,

A descoberta de seu endereço de residência foi possível pela consulta e o confronto de dois periódicos, o Almanak Laemmert e o jornal diário O Paiz. O primeiro periódico tinha por hábito adicionar o endereço residencial das pessoas que constavam na sua publicação, como pode ser constatado nas imagens abaixo.

Maria Joanna de Paiva Palhares, D., Professora Primária, r. Benjamin Constant, 5.
Adelia Ennes Bandeira, D., Professora Primária, praia de Botafogo, 188.
Amelia Dias da Cruz Rocha, D., Professora Primária, r. S. Christovão, 34.

Imagem 3 – Endereço residencial de Adelia (1908) – Almanak Laemert – Fonte: HDFBN

8ª mixta, Escola Rosa da Fonseca, Iracema Lindgren, rua Nossa Senhora de Copacabana n. 788, P. M.
9ª mixta, Anna Augusta Fernandes, rua S. Clemente n. 83.
10ª mixta, Adelia Ennes Bandeira, praia de Botafogo n. 296.
11ª mixta, Narcisa Amalia, rua D. Mariana n. 222.

Imagem 4 – Endereço Profissional de Adelia (1913) – O Paiz – Fonte: HDFBN

Em 1908 Adelia passou a constar como membro efetiva do Conselho de Instrução Superior da Capital Federal, na condição de representante dos professores públicos primários, cuja representação era garantida pela legislação que normatizava o referido conselho.



De acordo com o Dicionário da Primeira República, elaborada pelo Arquivo Nacional, o Conselho de Instrução Superior da Capital Federal foi criado pelo decreto n. 1.232-G, de 2 de janeiro de 1891, “no contexto de expansão do ensino e dos ideários republicanos” no início do novo regime político (Gabler, 2018, s/p.).

Através da imprensa e dos documentos contidos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, não foi possível localizar até que ano Adelia permaneceu com assento neste Conselho, mas ficou constatado em nossa pesquisa que entre 1908 e 1910, ela era uma das representantes junto ao Conselho.

Em 1913, Adélia alcançou a categoria docente mais alta do quadro de funcionários da administração pública municipal dedicada à educação, a cátedra. De acordo com o decreto n. 38, de 9 de maio de 1893, que regulava o ensino público no Distrito Federal, em seu capítulo III, que tratou do pessoal docente, os professores catedráticos da escola primária eram nomeados pelo prefeito, dentre os professores efetivos formados pela Escola Normal.

Das vantagens de ser professora catedrática constavam que ela não poderia ser transferida de cadeira, a não ser que o pedido partisse dela; a professora catedrática passava a ser vitalícia desde a sua posse, dentre outras vantagens. Dessa forma, justificava-se a mudança de escola em 1913, como foi demonstrado alguns parágrafos acima. Na verdade, aproveitando-se da impossibilidade de remoção da catedrática após a sua posse, Adelia tratou de buscar uma transferência passando lecionar a poucos metros de sua residência. Assim, até a jubilação, ela não podia mais ser transferida de escola, podendo trabalhar perto de casa, até sua aposentadoria 3 anos depois.

Em 1916, Adelia foi jubilada do serviço de professora da prefeitura, como previa a legislação de 1893, que permitia a aposentadoria a partir dos 25 anos de serviço público prestado no magistério público primário, a contar do momento em que atuasse como professora adjunta interina. Adélia havia chegado à última categoria docente, realçando o êxito na sua trajetória de docente.



No entanto, um personagem próximo de Adelia Ennes Bandeira, nestes 25 anos de atividade profissional, ajuda a compreender como foi possível a professora autora traçar uma trajetória improvável, trata-se do professor Dr. Alfredo Augusto Gomes, catedrático da cadeira de Português da Escola Normal.

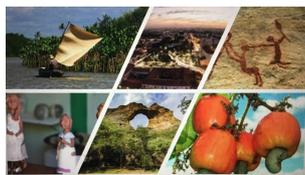
Vindo de uma família de posses, filho do comendador José Maria Gomes, Alfredo Gomes bacharelou-se em letras no Colégio Pedro II e iniciou a Faculdade de Medicina da cidade do Rio de Janeiro em 1975. Ele formou-se, portanto, em um momento onde cruzaram-se o debate educacional afeito a um modelo pedagógico mais prático, próprio dos anos 1970 na Corte, e a emergência do cientificismo, que fervia na Faculdade de Medicina carioca.

Foi nesse contexto que apareceram um grupo de professores de português que em comum tinham o corte etário, a passagem pelo Colégio Pedro II, na década de 1870, e muitos deles a formação ou a conclusão do 5º ano da Faculdade de Medicina. Este grupo viria a ser designado como a “geração dos professores autores de gramáticas científicas”. Eram representantes desse grupo além do já citado Alfredo Augusto Gomes, José Pedro da Silva Maia, Fausto Barreto, Lameira de Andrade, além dos professores precursores Carlos Laet, Manoel Olympio R da Costa e Manuel Pacheco da Silva Junior.

Este grupo que atuou para além do Colégio Pedro II foi responsável, na cidade do Rio de Janeiro, pela difusão de ideias científicas na produção de gramáticas, mas também de formar discípulos nesta perspectiva, em especial aqueles que passaram pela Escola Normal, destaco primeiramente Manoel Olympio e depois Alfredo Gomes.

Como muitos dos novos gramáticos daquele período, os anos de 1880, Alfredo Gomes formou-se em medicina e o que a análise das fontes vem iluminando é que a passagem pelo curso teve um papel fundamental para aplicação de modelos científicos ao estudo da língua, compreendida como um organismo vivo.

Adélia foi aluna de Alfredo Augusto Gomes na 1ª série da Escola normal e como pode ser observado na imagem 1, mais acima, seu desempenho na avaliação da disciplina



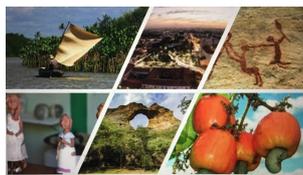
foi considerado exemplar, tendo sido ela aprovada com distinção e grau 10 nos exames finais. Considero, portanto, que ali tenha surgido uma aproximação que perdurou por anos fazendo com que ambos circulassem pelos mesmos espaços.

Perceber a influência do mestre sobre a discípula não é tão arriscado, pois, se pensarmos que Adélia publicou seu único livro quando ainda era normalista. Àquela altura, o mercado editorial brasileiro de material didático já estava bem aquecido, diferente do cenário de algumas décadas antes quando o grosso do material utilizado para apoio dos alunos era estrangeiro ou tradução de autores estrangeiros.

Como explicar o período ausente da Escola Normal? Estaria a normalista traçando um projeto comum com seu mestre? A elaboração de uma gramática prática para uso dos alunos do ramo de ensino primário? Mesmo a carta, que ela encaminhou aos avaliadores e que mais tarde tornou-se o prefácio de sua gramática, parece sabiamente dirigida ao Conselho, ao buscar as palavras corretas para enfatizar a sua produção e marcar os limites dela frente à obra dos demais professores/autores.

A presença de ambos no Conselho Superior de Instrução da Capital Federal é outro indício de que Adelia fazia parte da rede de sociabilidade do velho professor. Angela Castro Gomes (1993) ao pensar na sociabilidade tanto como categoria histórica e/ou instrumento de análise propõe um sentido mais estrito para sociabilidade e assim a define, “um conjunto de formas de conviver com os pares, como um domínio intermediário entre a família e a comunidade cívica obrigatória” (GOMES, 1993, p. 64), arremata a historiadora “um grupo permanente ou temporário, qualquer que seja o seu grau de institucionalização, no qual se escolha participar” (idem, ibdem).

Tal definição ajuda a compreender o progressivo afastamento da autora do grupo dos gramáticos, tendo sido a sua gramática uma catapulta para fixá-la de modo destacado no campo educativo carioca. É relevante compreender que tanto do Colégio Pedro II, como a Escola Normal, são espaços que divulgam as ideias da gramática científica,



ajudam a formar filiação, vincula a um grupo imaginário do qual se pretenda fazer parte, mas não é o espaço do aprendizado da técnica.

Para muitos professores, este espaço se deu na Faculdade de Medicina, no curso de taxionomia dos seres vivos. O domínio da técnica advém de um outro tipo de formação que difere da formação que Adelia recebeu na Escola Normal, aquele voltado para o mister do ensino-aprendizagem.

Talvez seja essa a chave que justifique o desligamento de Adélia do grupo de renovadores da gramática brasileira e não tenha fixado relevância dos historiadores das ideias linguísticas, uma vez que sua ação está voltada para a tradução cultural e difusão social daquelas ideias do que para uma contribuição original para este campo disciplinar.

Considerações Finais.

O artigo pretendeu a partir da reflexão acerca do processo de pesquisa sobre a trajetória de vida e profissional da professora pública primária, Adelia Ennes Bandeira, apresentar uma proposta de utilização da imprensa diária como estratégia para suprir a carência de documentos a respeito dos sujeitos que investigamos.

Penso que por volta do último quartel do século XIX e do período inicial do século XX, a imprensa possa ser uma aliada de extrema relevância para a pesquisa biográfica, uma vez, que por sua própria característica de conformação, a dimensão dos espaços públicos e privados na imprensa ainda sejam muito fluídos, para uma parcela da população, a dos setores médios urbanos.

Após a delimitação de um recorte temporal e geográfico, lancei mão de algumas palavras de buscas que o pouco que sabia de Adelia me permitia indagar, aos poucos, conforme novas categorias de palavras-chaves foram surgindo fez-se necessário estender o repertório de palavras-chaves, o que ampliou o conhecimento acerca da trajetória de Adélia.



Um cenário de pesquisa que no início da investigação parecia árido fora pouco a pouco transformando-se em terreno fértil e abriram-se a possibilidade de novas conexões de exploração, dando respostas a algumas questões que emergiam na partida, outras que surgiram no trajeto da pesquisa, mas também mostrando-se incapaz de responder a outras questões que talvez nunca venham a ser respondidas, como por exemplo, data de nascimento correta da professora/autora ou ainda uma imagem sua.

Diferente da data de óbito da qual temos notícia de que ocorrera em 26 de abril de 1923, como noticiara o jornal *A Cruz: Órgão da Paróquia de S. João Batista*, no bairro de Botafogo (*A CRUZ*, 1923, p. 8), a data. Foi tomando como referência a base na legislação da Escola Normal de 1890 que exigia a idade mínima de 15 anos para a matrícula na instituição, que ocorrera neste mesmo ano, e o fato de que recebera a metade da pensão da avó materna em 1892, quando ainda era menor de idade. Estima-se que Adelia Ennes Bandeira não tivesse menos de 15 anos em 1890, portanto, acredita-se que tivesse nascido por volta de 1875.

Ficou de fora do artigo outro aspecto da vida da biografada, que não coube nos limites deste trabalho e vem se revelando muito fértil para pensar a “vocação” educativa de Adelia, a sua inserção no grupo das Filhas de Maria. Um grupo de mulheres consagradas que vivem uma vocação religiosa dedicada a Deus e adotando o celibato.

A dimensão do celibato na trajetória de Adelia é outro aspecto interessante da sua faceta. De verdade, Adelia não se separou da mãe, vivendo com ela até a sua morte em 1923. Uma das razões penso que seja a questão da renda familiar. Com a morte da avó de Adelia, que provavelmente sustentava mãe e filha, ambas passaram a dividir a pensão, reduzindo o poder aquisitivo de qualquer uma delas caso optassem por se separar.

Apesar do apoio que recebeu do professor de Português da Escola Normal, Dr. Alfredo Gomes, um dos expoentes do grupo de renovadores da gramática em fins do século XIX, Adélia se afasta deste grupo. Compreendo este movimento como uma



escolha de Adélia que entendendo que possuía poucos recursos para competir neste grupo.

A professora/autora, então, passou a investir na sua carreira no ensino primário, onde dominava os códigos culturais e pedagógicos que lhe permitiriam se movimentar com mais habilidade no ensino primário. A aposta realizada por ela surtiu efeito quando acompanhamos em visão panorâmica a sua trajetória de 25 anos.

Bibliografia:

ALMANAK LAEMMERT: administrativo, mercantil e industrial. [1908]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06/04/2019

BANDEIRA, Adelia E. (1929). *Grammatica Portuguesa Pratica*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.

BRASIL. Decreto n. 10.060 de 13 de outubro de 1888. Dá novo Regulamento à Escola Normal. Publicado como anexo C do Relatório do Ministro dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Vianna. Apresentado à Assembléia Geral Legislativa, em 15 de maio de 1889. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1889, p. 1-36. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1374/000207.html>.

COLLECCÃO DE LEIS MUNICIPAES E VETOS. [1897] Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 25/05/2019.

CRUZ, (A). [1923]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 27/03/2019.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 982, de 8 de novembro de 1890, altera o regulamento da Escola Normal da Capital Federal. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-982-8-novembro-1890-515569-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso, 23/06/2019.

GAZETAS DE NOTÍCIAS. [1891, 1896]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 19/04/2019.

GLABER, Louise. (2018). *Conselho de Instrução Superior da Capital Federal*. Disponível em < <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/561-conselho-de-instrucao-superior-da-capital-federal>>, acesso em 17/05/2019.

GOMES, Angela de C. (1993). Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, jul.

_____. (2004). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV.



_____.; HANSEN, Patricia S. (2016). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JORNAL DO BRASIL. [1892]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 04/03/2019.

JORNAL DO COMMERCIO [1878, 1890, 1891, 1892, 1896, 1897, 1898, 1899]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan/2019

MERCANTIL, (O). [1883]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 23/04/2019.

OLIVEIRA, Paloma R. (2015). *O Gymnasio Leopoldinense e o projeto educativo de formação da elite republicana na Zona da Mata mineira (1906-1926)*. Tese [Doutorado em Educação] – Faculdade de Educação, PUC-Rio, Rio de Janeiro, p. 294.

PAIZ, (O). [1913]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 17/03/2019.

PERROT, Michele. (1998). *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp
_____. (2007). *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto.

RELATORIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA [1892;1893]. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03/05/2019

SIRINELLI, J. F. (2003). Os Intelectuais. In: REIMOND, R. (org.) *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.